

Documentos:

1 - Carta Aberta a Plínio de Arruda Sampaio

**2 - Proposta de eixos e desdobramentos
para um Programa Nacional de Governo
Eleições 2010**

Setembro de 2010

*Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes
Refundação Comunista*

A Plínio de Arruda Sampaio, candidato a Presidente da República Federativa do Brasil;

Aos militantes e amigos da Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes – CCLCP – e da Refundação Comunista – RC;

Aos partidos, organizações e movimentos do campo popular;

Aos revolucionários, democratas e progressistas.

“Os comunistas apóiam, em toda parte, qualquer movimento revolucionário contra o estado de coisas social e político existente. Em todos esses movimentos, põem em primeiro lugar, como questão fundamental, a questão da propriedade, qualquer que seja a forma, mais ou menos desenvolvida, de que se revista. (...) trabalham pela união e o entendimento entre os partidos democráticos de todos os países. Os comunistas não se rebaixam a dissimular suas opiniões e seus fins.”

Marx e Engels, *Manifesto do Partido Comunista*

“É como imaginar que um exército tomaria posição em algum lugar dado e diria ‘Nós somos pelo socialismo’, e que outro, em outro lugar, diria ‘Nós somos pelo imperialismo’, e que aconteceria então a revolução social! (...) Quem quer que aguarde uma revolução social ‘pura’ *jamaiz* viverá o tempo suficiente para vê-la. Não é senão um revolucionário em palavras, que nada compreende sobre o que é uma verdadeira revolução.”

Lênin, *Balanço de uma discussão sobre o direito das nações*

Camaradas:

Esta Proposta de Eixos desdobrados em pontos para um Programa Nacional de Governo, que ora lhes apresentamos, foi elaborada a partir do encontro bilateral entre duas comissões, da CCLCP e da RC, em 4/7/2010. No dia 7/7/10, realizou-se uma reunião de dirigentes nacionais de nossas organizações políticas com Plínio de Arruda Sampaio, em São Paulo. O texto seria apresentado, posteriormente, a esse companheiro de lutas e candidato a Presidente da República, como sugestão e ajuda à sua campanha, e também como contribuição ao debate para a unificação política de todas as forças interessadas no combate em comum aos inimigos do povo brasileiro. É o que fazemos agora.

Trata-se, frisamos inicialmente, de um esboço, e não de um Programa de Governo acabado, que exigiria fundamentos, argumentos e compromissos mais desenvolvidos. Muito menos o encaramos como um Plano de Governo, que demandaria políticas especificadas por áreas, metas setoriais, programas articulados e ações concretas. Semelhante tarefa seria responsabilidade mais apropriadamente do futuro mandatário e de sua equipe executiva. Resta, pois, a necessidade de esclarecer os nossos propósitos e o modo pelo qual se articulam com as disputas atuais. Nesses termos, parece-nos mais adequado que o texto seja precedido de uma fundamentação geral, para explicitarmos aos interlocutores o conteúdo do programa dos comunistas como totalidade. Estas considerações – conceituais e explicativas – informam os motivos gerais dos eixos, mas não lhes pertencem propriamente, pois abordam questões pertinentes mais ao arcabouço teórico e essencial de nossa concepção revolucionária que à ação política mediada e imediata dos pioneiros sociais.

Este texto contém, pois, tão somente diretrizes voltadas ao debate, à orientação e à perspectiva de governo no atual período da luta de classes, mas que, mesmo assim, é mais completo do que outras em circulação. Na pobreza de discussão programática em que se encontra a esquerda brasileira, acentuada pelo refluxo do movimento operário, pela fragmentação dos revolucionários e pela crise do sistema partidário institucional, cresce a importância desta nossa iniciativa conjunta, orientada a uma disputa atual, que exige um Programa Mínimo. Ressaltamos a sua potencialidade de contribuir hoje e nos próximos anos, ainda que modestamente, para o esforço de efetivar a unidade popular, a elaboração política da esquerda, a pauta combativa conjunta, a organização, a formação, a elevação da consciência e as lutas de massas.

Estes eixos são concebidos a partir do socialismo proletário-revolucionário de angulação marxista e como suporte à campanha presidencial em curso. A plataforma de nossos candidatos a deputado é a mesma, mas acrescentando-se, obviamente, as questões estaduais e as reivindicações específicas de suas bases de apoio. Portanto, este não é um programa de construção do socialismo, pois tal conceito se refere à formação econômico-social que configura a transição propriamente dita – para uma sociedade sem classes –, que só poderá ser iniciada após a liquidação do Estado burguês e a conquista do poder pelo bloco popular com hegemonia proletária, isto é, no desdobramento de uma situação revolucionária que possibilite a ruptura da ordem.

Tal pressuposto não se apresenta no atual momento da luta de classes no Brasil. Ademais, o movimento de massas se encontra em refluxo. O esforço para superar essas condições adversas passa pela sistematização de reivindicações e orientações programáticas que possam contribuir para mobilizar, organizar e elevar o nível de consciência do proletariado e dos diferentes setores populares. O conjunto destes eixos, embora exija reformas de interesse das multidões, em nada se assemelha a um projeto reformista, isto é, de mera reforma burguesa ou pequeno-burguesa do capitalismo, voltado exclusivamente à estabilização da sociedade do capital – do tipo social-democrata, keynesiano ou neodesenvolvimentista. São concebidos como parte da tática dos comunistas no e para o processo de revolução brasileira. Eis por que nossas candidaturas não são um braço político das entidades de massa em que atuamos e vão além de meros esforços para conseguir ou garantir mandatos.

Assim, nossa proposta se conecta ao vasto e secular acúmulo de carecimento coletivo dos “de baixo” – como dizia Florestan – por novos seres humanos, sociedade, cultura e república, vale dizer, por um regime político soberano com liberdade real das e para as massas do povo trabalhador. Um novo regime, que só pode existir e prosperar simultaneamente a um Estado sob hegemonia do proletariado, inclusive a um Direito que traduza os parâmetros legais do poder revolucionário e da passagem transformadora para além do capital. Obviamente, esse processo ainda opera, de fato, numa concretude conceitualmente captada como ditadura de classe, conteúdo de todo e qualquer Estado. Por isso mesmo, tal essência merece a visão negativa e a crítica radical do marxismo, que vislumbra nada menos que a extinção histórica do Estado, como organismo de dominação alienado e separado da sociedade. Trata-se de constituir, na transição socialista, uma nova essência social da coisa pública, que permita e comporte em si uma democracia substancial e efetiva, infinitamente mais aberta, participativa, livre e superior que a mais avançada das democracias burguesas. Seria pueril e ingênuo pensar que tal meta poderia resultar de uma simples eleição nos marcos jurídicos e na situação política atuais.

O marxismo enfrenta os problemas históricos concretos de um modo que supera, ao mesmo tempo, o empirismo vulgar e o voluntarismo idealista, na enunciação sempre vigilante da relação dos desafios e tarefas do presente com a totalidade do processo histórico. Nessa perspectiva, buscamos integrar nossas raízes e ligações com o movimento popular e sindical combativo, bem como os problemas práticos e organizativos da luta de classes, ao projeto totalizante e aos horizontes universais concretos do socialismo. Assim, hoje consideramos inadiável avançar na formulação de mediações programáticas, elementos táticos de aproximação ao objetivo estratégico da revolução socialista, que permitam derrubar o “cercadinho” – mais ou menos consentido, porque esterilizador – das reivindicações isoladas, imediatistas, corporativistas e economicistas. Um acontecimento grevista – ou até movimentos radicais de massas, como a dezembro de 2008 em Santa Catarina – sem espaço e sem transcrescimento político se esgota em si e por si mesmo. Apenas quando vinculadas à construção de um bloco de forças populares revolucionárias, tendo o proletariado como seu núcleo duro, tais lutas reivindicativas propiciam um processo de acumulação de forças e podem vir a ganhar outra dimensão, como luta de classe orientada à libertação dos oprimidos, desafio à supremacia do bloco burguês no poder, contrapeso à ideologia da classe dominante e contra-hegemonia efetiva.

Hoje, nos limites da conjuntura em que ocorrem as eleições, a candidatura de Plínio é aquela que reúne as maiores condições de aglutinar as forças sociais e políticas contrárias parcial ou completamente à dominação do imperialismo, dos monopólios e do latifúndio. Em outras palavras, tal opção é a que melhor pode ajudar a coerir as forças de esquerda que pretendem fortalecer, nesta disputa, o peso e a voz do proletariado e do conjunto das classes populares, isto é, os setores sociais explorados e oprimidos, as multidões do País. Todavia, olhamos para o futuro. Nossa meta global é a formação de um bloco histórico proletário-popular e a abertura de brechas na atual sociedade para reformas sociais portadoras de interesse específico para as maiorias nacionais, de modo a constituir, sobre as condições objetivas em seu devir, as premissas histórico-subjetivas de uma revolução socialista.

As candidaturas que agora se apresentam no campo de esquerda são pequenas – quase apenas “de resistência” – e se dirigem apenas à ocupação do governo, esse espaço de poder reduzido e subordinado. Isso é pouco, muito pouco, porque os socialistas precisam preparar-se para ir bem mais longe: para ultrapassar o regime político de democracia formal, limitada e restritiva; para denegar a ordem social e política autocrática, que surgiu na via específica de desenvolvimento capitalista no Brasil; para destruir o autoritarismo burguês público e privado; para derrotar o bloco de poder apoiado no tripé imperialismo-monopólio-latifúndio; para construir o bloco histórico popular; e para organizar o poder revolucionário. Referimo-nos à conquista e à refundação do Estado, alicerçando-o na “democracia de maioria”, como frisaram Marx e Engels, e na soberania popular real sob hegemonia do proletariado, para abrir caminho às transformações socialistas e à autogestão coletiva vinculada ao planejamento democrático.

Afirmamos, com nossos antecedentes desde os anos sessenta, que nossa estratégia é socialista, porque só há uma alternativa para a superação do capitalismo monopolista

dependente, a única formação econômico-social burguesa hoje possível no País: o caminho oferecido pelo socialismo proletário-revolucionário. O Brasil não é uma sociedade “ocidental” típica do “centro” imperialista: apesar das heróicas lutas de nossa gente, a revolução burguesa, com a transformação das relações de produção e a ascensão do capital ao domínio da economia, da sociedade civil e do Estado, realizou-se pelo topo, sem democratismo plebeu e radical triunfante, sem uma efetiva transformação de caráter nacional-popular, sem reforma agrária e com um processo de urbanização deformado, desequilibrado e desordenado. A industrialização caminhou submetida ao aprofundamento da dependência ao imperialismo, mas produzindo um proletariado socialmente majoritário e muito numeroso.

Assim, a despeito dos traços arcaicos da sociedade brasileira, a possibilidade de construção do socialismo no Brasil se alicerça em condições bem mais favoráveis que as existentes nos países mais atrasados, onde ocorreram processos revolucionários no século XX. Há, porém, fases intermediárias, conceitualmente formuladas como momentos de acúmulos de forças, de disputa contra-hegemônica e de contencioso equilibrado contra a reação política da classe dominante. Demarcando nossas diferenças com as ilusões reformistas, temos claro que o início da construção do socialismo – a transição revolucionária à sociedade sem capital e sem classes sociais – pressupõe a necessária liquidação do poder dos monopólios e a ruptura revolucionária com a ordem burguesa. Trata-se, registre-se, não de um fim em si, mas do momento fundamental, indispensável e incontornável para a conquista do poder político pelo bloco popular de forças sociais e para a consolidação do projeto socialista proletário-revolucionário na sociedade.

No entanto, para responder à situação concreta, jamais poderemos perder de vista as mediações dialéticas entre teoria social, estratégia e tática. As reivindicações pontuais e as reformas parciais operam sempre na área dos efeitos, mas são importantes como alvos imediatamente visíveis da luta de classes, como formas de melhorar relativamente as condições de vida de nossa gente, como episódios de acúmulo de forças e como arena de sentido político-pedagógico decisivo na preparação dos “de baixo”. Em suma, representam uma escola para o aprendizado sobre os modos proveitosos de lutar e sobre o significado da autoemancipação coletiva, especialmente numa sociedade onde os espaços verdadeiramente transformadores se encontram fechados. Portanto, é preciso articular os planos defensivo e ofensivo de combate à classe dominante, para elevar o nível de organização e consciência das massas. Ocorre que sem ideação social socialista não haverá revolução e, hoje em dia, nem sequer o conjunto das reformas populares, em nosso país cada vez mais um produto da luta dos revolucionários.

A propósito, Luiz Carlos Prestes, com sua larga experiência, adquirida nos combates do povo brasileiro, sintetizou, em março de 1982 – *Proposta para a discussão de um programa de soluções de emergência contra a fome, a carestia e o desemprego* –, os dois irmãos siameses da política revolucionária: escreveu que, “apesar de considerarmos que as soluções definitivas e duradouras para os graves problemas sociais do Brasil são incompatíveis com a estrutura capitalista, nunca deixamos de lutar por medidas parciais, que possam melhorar, mesmo que temporariamente, a situação econômica, política e cultural dos trabalhadores”, mas concebeu tais conquistas ainda dentro da ordem como parte da luta por “uma alternativa realmente renovadora que abra caminho para transformações socialistas”, alertando que “o nível insuficiente de organização política dos trabalhadores e dos setores populares não deve servir de pretexto para justificar atitudes oportunistas”.

A seguir, lembrou “o erro persistente, que inúmeras vezes cometemos no passado, da separação entre os objetivos finais e as metas imediatas de luta, o que leva os primeiros a desaparecerem, ficando apenas as tarefas imediatas”. E concluiu: “com isso desaparece, também, qualquer visão estratégica, tendo como pretexto as múltiplas tarefas e os inúmeros conchavos táticos”. Portanto, não devemos esquecer as mediações, caindo na fraseologia doutrinária e na aventura, nem muito menos abandonar os objetivos estratégicos, arquivando-os simplesmente ou incorrendo na ilusão reformista de chegar ao socialismo sem destruir a ordem e o Estado capitalista. Estaríamos, com tais equívocos, substituindo o socialismo proletário por versões de socialismo burguesas ou pequeno-burguesas – falsos universalismos abstratos, que se pretendem

acima das classes, mas que, nas condições históricas atuais, nem sequer são capazes de impulsionar uma dinâmica social progressista.

As tarefas estratégicas são vitais, não porque sejam – e não são – redutíveis a uma tradução direta em medidas específicas, formas e “modelos” de organização social, mas porque imprimem uma direção e um complexo de integração recíproca aos variadíssimos e nem sempre óbvios esforços específicos e parciais das forças revolucionárias. Faz-se necessário desenvolvermos as táticas a partir dos instrumentos, das organizações, da consciência e da correlação de forças existentes – isto é, no terreno real da luta de classes –, que devem ser reestruturados no andar da carruagem, através de múltiplas mediações e transições, das mais simples às mais complexas.

Vivemos num país onde a classe dominante, nos últimos tempos, seguindo as diretrizes do FMI e do Banco Mundial, vem relegando os direitos sociais à condição de esmolas focalizadas e considerando como funções legítimas do Estado apenas os atos destinados a servir à “iniciativa privada”, a intensificar a acumulação de capital e a reprimir a luta popular, que de fato é a maior ameaça à ordem. Os conservadores mais arejados até conseguem enxergar a importância de certas políticas públicas universais e da propriedade nacional, mas não as esposam de modo decisivo, preferindo submetê-las à reprodução das sociedades civil e política vigentes.

No Brasil, opera-se uma reciclagem da ordem autocrático-burguesa: mesmo tendo chegado ao fim o regime militar, a democracia dos monopólios – mantendo a dependência, a militarização e a tecnocratização – permanece o simulacro de um simulacro. Se qualquer democracia burguesa é sempre um biombo que oculta o monopólio dos meios de produção e o poder exercido pelos capitalistas, em nossa nação e nos demais países subordinados ao imperialismo tal dominação de classe não conseguiu absorver as pressões radicais dos despossuídos. Hoje não existem mais condições históricas para associar a mudança social progressiva com a reforma do capitalismo. A reprodução dos superprivilégios exige o fechamento autoritário do espaço social e político “reservado aos de baixo”.

Assim, aumentam a exploração, as disparidades sociais, as discrepâncias regionais e os dramas da imensa maioria do povo, cujas características agudas se pretende disfarçar com paliativos e ilusões. Tal situação, agravada pela crise planetária do capital e pela agressividade da fração burguesa dominante – os magnatas financeiros, que controlam os grupos monopolistas-imperialistas –, vem mantendo problemas crônicos como o analfabetismo e as doenças sociais, assim como conduzindo a degradação coletiva, típica do capitalismo dependente, a níveis intoleráveis de miséria, fome, desemprego, violência, discriminação e destruição ambiental.

Um governo popular orientado por uma política rumo ao socialismo, eleito dentro desta ordem burguesa – mesmo beneficiado por uma correlação de forças modificada, a ponto de haver viabilizado sua eleição –, deve começar o mandato fortalecendo a sua ligação com os “de baixo” e ganhando a confiança, não só dos seus eleitores de esquerda, mas da ampla massa de pobres que ainda hoje votam nos candidatos conservadores e seus prepostos, esses tradicionais “donos dos votos” porque são também donos de fábricas, bancos, fazendas, dinheiro e poder sobre as pessoas. Precisa, também, dialogar com as forças descontentes, mas instáveis, mesmo que almejem apenas reivindicações pontuais ou reformas parciais, e neutralizar segmentos políticos dúbios, sempre visando a isolar a direita.

Para tanto, o novo governo deve promover, imediatamente, soluções de emergência para realizar iniciativas pontuais e reformas sociais urgentes em benefício do povo. Exemplos são as medidas econômicas para gerar recursos que permitam elevar o nível de vida das massas populares. Ademais, o bloco popular necessita passar da posição acuada em que se encontra, de defesa exclusiva das conquistas nas áreas dos direitos sociais atacados pelos conservadores, ao avanço coletivo para a realização das reformas democrático-radical e anti-imperialistas, que a burguesia nativa – associada, subordinada e provinciana – rejeita e teme.

Como a classe dominante brasileira se tornou incapaz de cumprir as tarefas revolucionárias clássicas, que outrora foram suas, a responsabilidade histórica de realizá-las se transferiu para o bloco popular dirigido pelo proletariado. Todavia, esses novos sujeitos têm que

as reelaborar nas condições contemporâneas, segundo seus próprios interesses e perspectivas. Assim, as reformas não são negativas ou perniciosas em si, mas apenas quando apropriadas pelos “de cima” e instrumentalizadas para a reprodução do capitalismo. A própria luta de classes determinará os caminhos e as relações entre reforma e revolução, ou entre revolução dentro da ordem e contra a ordem. Tudo dependerá das condições e características da luta de classes, incluindo a força e a mobilização dos setores sociais antagônicos à burguesia, de sua capacidade de conquistar as várias reivindicações, abordarem as reformas conquistadas segundo seus fins e as encadearem à revolução anticapitalista na dobra do processo.

Outrossim, a proposta eleitoral para 2010 não pode cair na armadilha do “discurso administrativo viável”, do possibilismo sugerido pelos partidos da ordem e pela covardia dos adaptados. Deve colocar os interesses dos “de baixo” no centro da luta política e oferecer medidas eficazes contra as carências e os efeitos da crise. Partindo da defesa da economia popular e da soberania nacional, precisa ser formulada como um conjunto coerente, com o maior senso de realidade e de rigorosa concretização, segundo a ótica socialista, mostrando que as medidas que propugna se ajustam às possibilidades concretas do Brasil atual diante das tarefas sócio-econômicas postas em face dos recursos naturais, nível das forças produtivas, capacidades humanas disponíveis ou passíveis de serem efetivadas e à posição do Brasil no quadro mundial.

Ao mesmo tempo, para ser um programa para valer – e não algo abstrato ou emparedado por um certo anticapitalismo de gabinete –, tem que responder à totalidade do processo de transformação social, a partir das instituições historicamente constituídas, transformando-as segundo uma complexa dialética externa e interna. Sobretudo, tem que romper o isolamento e conectar-se ao potencial da luta de classes que a esquerda brasileira pode mobilizar politicamente, para enfrentar e resolver os principais problemas e dilemas sociais delineados na sociedade. As respostas táticas a tais condicionantes, bem como os meios e veículos para a sua efetivação, devem – necessariamente ajustados às condições estruturais e conjunturais – articular-se num programa sistemático e numa estratégia elaborada como instrumento de orientação e controle geral do processo, mesmo quando se impuserem recuos táticos e até, como atualmente, períodos de refluxo.

A sistematização de eixos para um programa popular de governo – que em nada se reduz a uma pauta de dissídio coletivo nacional e muito menos se assemelha a um mero discurso doutrinário abstrato –, deve hoje cumprir a função de instrumento concreto para parametrar as disputas e formar uma vontade coletiva, que permitam passar do contencioso político convencional para lutas dos “de baixo” que envolvam a imposição de seus direitos à classe dominante, para avançar, no período subsequente, rumo à desagregação da ordem e do Estado burguês. Ademais, a política da esquerda não se esgota no dia da eleição: deve abrir caminho para o trabalho político cotidiano e a acumulação de forças em longo prazo, integrantes da luta prolongada em direção à transformação do campo popular em bloco histórico e à conquista do poder, inaugurando a passagem conhecida por socialismo, como sempre postularam as resoluções nacionais da CCLCP e da RC.

Alguns aspectos desta proposta merecem comentários preparatórios, como o Eixo I, que aborda a contradição entre os limites institucionais vigentes e as formas expansivas da soberania popular em processo de democratização real. O princípio fundamental da Carta Magna de 1988, segundo o qual “todo o poder emana do povo, que o exerce por meio de representantes eleitos ou diretamente, nos termos desta Constituição”, embora se derrame sobre alguns dispositivos de consulta e iniciativa legiferante – muito pouco utilizados –, acaba restrito, fundamentalmente, à esfera eleitoral, com o ritual periódico de pleitos legitimadores e a perpetuação do abismo alienante entre Estado e sociedade civil. Portanto, embora consubstancie conquistas efetivas – que evocam as Revoluções Americana e Francesa, bem como a luta democrática na longa noite pós-1964 –, aquela proclamação expressa um direito formal em duas acepções: encontra-se coagulada no direito positivo e permanece imune a exercícios reais. Cabe ao bloco histórico revolucionário abordá-la de modo criador e produtivo, desafiando a classe dominante a colocá-la em prática para valer, radicalizando ao máximo as possibilidades da democracia burguesa e, ainda, caminhando para além dos procedimentos constantes nos diplomas legais.

Quanto a suas relações com a coisa pública, o movimento popular pode e deve, desde já, participar da construção democrática de orçamentos nos vários entes federativos, bem como buscar a articulação entre o planejamento nacional – democrático e abrangente – e os mecanismos de fiscalização e controle de massas sobre as instituições-chave da sociedade. Trata-se de promover, inclusive, meios efetivos de participação dos trabalhadores – de baixo até níveis mais abrangentes – em decisões e na gestão, estendendo-se do sistema de serviços estatais às empresas produtivas e àquelas obtidas mediante concessões, como os principais meios de comunicação de massa, que não podem ser santuários invioláveis do capital monopolista-financeiro.

Nas grandes empresas privadas, cabe limitar o ditado absoluto dos investidores e proprietários, subordinando-as ao plano de desenvolvimento integral do País e à garantia da tradicional reivindicação democrática do movimento socialista proletário-revolucionário: “cogestão, não, controle, sim”. A gestão conjunta de estabelecimentos fabris entre patrões e assalariados, com a cooptação de trabalhadores para os critérios burgueses de eficiência empresarial e acumulação de capital em troca da repartição de uma parte dos lucros, quebra a solidariedade, a cooperação e a organização do proletariado – a mais importante arma de autodefesa da classe diante das mazelas capitalistas –, substituindo-as pela colaboração e a “solidariedade” grupal no seio do estabelecimento empresarial. Ademais, mantém as leis e contradições do capitalismo, inclusive a concorrência interempresarial – que, nas condições da formação econômico-social burguesa, geram crises e desemprego – e o complexo de meios “automáticos” para aumentar a exploração.

Em contrapartida, o controle proletário implica uma contestação do poder e da arrogância patronal, sem que os trabalhadores assumam compromissos com a gestão da economia do lucro. Representa uma prerrogativa de veto sobre decisões antidemocráticas e antiproletárias: dispensas, ritmo da produção, cálculo do salário, reestruturações do processo de trabalho e assim por diante. Trata-se de opor, ainda dentro da ordem, os próprios interesses e perspectivas proletárias – baseados na solidariedade e na cooperação consciente e organizada – à economia política burguesa, referenciada na concorrência, na exploração, na apropriação privada do lucro e na centralização parasitária do capital.

No respeitante aos órgãos de participação popular, os conselhos dos mais variados tipos e atribuições são ambientes de prática democrática e de luta, que, em circunstâncias especialmente propícias – conceituadas por Lênin como situação revolucionária –, poderão converter-se em órgãos de poder e embriões de novo Estado. Possuem, pois, o potencial histórico de serem meios de representação, participação e protagonismo popular no exercício de funções públicas, mais ou menos pronunciadas, como proposta factível de descentralização democrática articulada ao planejamento estatal central. Assim, constituem a possibilidade real de futura transferência ao povo organizado de numerosas competências e funções, que, a partir de enraizada representatividade, poderão adquirir capacidade de gestão e de legislação em suas comunidades, de forma semelhante ao proposto pelo governo venezuelano no Referendum Constitucional de 2007 – artigos 70 e 136.

Outro tema primordial é a atitude diante dos monopólios e do imperialismo – os maiores obstáculos a uma política popular –, tratada no Eixo III com medidas capazes de elevar qualitativamente o nível de vida das massas populares, desconcentrar radicalmente a renda e favorecer uma dinâmica social transformadora, orientada para o socialismo. A primazia econômica e o poder político do capital financeiro não devem ser compreendidos na sua habitual – mas superficial – conotação de “domínio do capital especulativo” ou, no jargão da moda, de “poder da financeirização globalizada”. Muitos, e não só os apologistas da ordem, deixam-se ofuscar pelo brilho dourado, ou verde, do capital portador de juros, no qual, segundo Marx – *O Capital, Livro III, cap. XXIV* – “a relação capitalista atinge a forma mais reificada, mais fetichista [*fetischartigste form*]”. Todavia, ainda com Marx, o juro é “apenas parte do lucro, da mais-valia que o capitalista ativo extorque do trabalhador”. Assim, aparece sob a relação alienada extrema do capital portador de juro como “o fruto genuíno do capital, o elemento original”, a “fonte misteriosa”, “autogeradora do juro” e criadora do seu próprio crescimento. Trata-se do “fetiche autômato perfeito – o valor que

se valoriza a si mesmo, o dinheiro que gera dinheiro. Nessa forma, desaparecem todas as marcas de origem”.

A força das aparências e a ideologia rentista levam muitos a separarem os lucros especulativos da mais-valia aferida no processo produtivo – da qual sempre derivam os lucros, juros e rendas capitalistas – e também a abstraírem a subordinação do “capital fictício” às determinações da lei do valor. Na contemporaneidade, esse equívoco é ainda mais gritante. O capital financeiro só surge em uma fase determinada do capitalismo, devido ao aumento da concentração e da centralização da produção e do capital em grau tão elevado que conduz ao desenvolvimento dos monopólios e do imperialismo. O capital financeiro é a fusão – em nível de controle acionário – entre os grandes bancos e empresas.

Como já foi demonstrado por Lênin – *Imperialismo, fase superior do Capitalismo*, Cap. III – é impossível, nas formações econômico-sociais burguesas, separar o “capital de investimento produtivo” do “capital especulativo” e suprimir esse em benefício daquele. Em proveito da consolidação do domínio da oligarquia financeira e da formação de trustes, mobilizam-se as constituições de “capital fictício” – emissão de dinheiro ou títulos derivados para créditos, ações preferenciais ou ordinárias e dívida pública –, as operações para “saneamento” de empresas arruinadas nos períodos depressivos, as especulações com terrenos, os *lobbies* em torno de políticos, os créditos públicos e assim por diante. Portanto, o capital financeiro impõe a toda a sociedade um tributo em proveito dos monopólios.

Sob o imperialismo – diferentemente do que acontecia no colonialismo tradicional – a exportação de capitais adquire uma importância muito maior do que a exportação de mercadorias. A oligarquia financeira internacional e suas empresas transnacionais promovem uma internalização do imperialismo nas economias hospedeiras, mantêm fontes externas de poder e, sob as condições vigentes, exercem uma primazia decisória que efetivamente determina a direção do processo reprodutivo como um todo. O capital financeiro imperialista controla o mercado de “dinheiro como capital portador de juros”, os investimentos diretos, o “sistema de participação” nas filiais – empresas filhas, netas, bisnetas e assim por diante –, a incorporação por associação do capital monopolista local para formar novos conglomerados, os cartéis da tecnologia, os direitos de patente e o mercado de capital-mercadoria. Portanto, determina o fluxo de investimentos, os tipos de tecnologia, as principais produções e a balança comercial, mantendo e aprofundando a desigualdade na distribuição de riqueza-renda e a concentração de poder.

Esse quadro, ao contrário dos recorrentes prognósticos de sua mitigação ou superação, vem agravando-se nas últimas décadas. Após o estágio inicial ou clássico do imperialismo – entre a década de 1870 e o fim da II Guerra Mundial –, começou uma onda expansiva, apologeticamente chamada *golden age*, que transcorreu de 1945 até o seu esgotamento no início dos anos 70. A partir de então, a época imperialista adentrou um terceiro período, em que se aguçam as contradições básicas da sociedade burguesa e a crise insuperável dos fundamentos essenciais do capital, ativando limites absolutos, que o modo de produção vigente não pode superar. O capitalismo, senil, entrou numa época de tonalidade depressiva sem retorno histórico, configurando-se mediante um novo padrão de ciclos conjunturais, com as crises manifestando-se – mesmo com particularidades em cada país e região, idas e vindas ou movimentos ziguezagueantes – de maneiras cada vez mais destrutivas, prolongadas, próximas entre si e incontroláveis, tendendo a um *continuum* em que uma recessão segue a outra. A humanidade passou a viver, pois, uma nova era histórica, em que a permanência do capitalismo ameaça a continuidade do processo civilizatório nos padrões de bem estar material e espiritual que os povos e nações, mesmos os mais carentes, introjetaram como necessidade irrenunciável.

Ocorre que o investimento produtivo está em crise profunda e, por via de conseqüência, desvia-se para acelerar sua própria centralização através de tenebrosas transações na esfera da circulação. A hipertrofia do capital portador de juros e do “capital fictício”, longe de ser uma distorção, é o desdobramento lógico do envelhecimento da sociedade burguesa. As dimensões atuais do aventureirismo especulativo e da manipulação financeira são efeitos do agravamento de problemas e tendências de longo prazo nas contradições da economia capitalista como totalidade,

a exemplo da queda da taxa de lucro, da superprodução e da supercapacitação de capital. Tais mazelas não serão resolvidas com uma nova rodada de “capitalismo organizado”, de “keynesianismo com regulação financeira” ou de “neodesenvolvimentismo” periférico.

Essa realidade e suas conseqüências apenas poderão ser enfrentadas por uma política radical no sentido verdadeiro da palavra, que significa conhecer e resolver os problemas pela raiz. Faz-se necessário uma política ofensiva, antimonopolista e anti-imperialista, que parta da realidade brasileira no contexto internacional, e não de abstrações. Que se oriente para o fortalecimento social, o desenvolvimento da organização e a elevação da consciência do bloco popular, sob hegemonia proletária, isto é, para o acúmulo de forças, com vistas à futura revolução socialista. Que possa conduzir à superação do capitalismo e do próprio capital, viabilizando a construção de uma efetiva sociedade humana.

O movimento de centralização de capital na atual fase monopolista se processa, mais que nunca, sob a dominância parasitária da valorização financeira. O imperialismo arma uma nova configuração para o papel dos países dependentes na divisão internacional do trabalho, que impõe regressões a processos arcaicos, em que os ganhos rentistas e a expropriação primário-exportadora voltam a ter prioridade em face da expansão industrial. Apesar dos discursos oficiais triunfalistas ou autocomplacentes, o Brasil continua muito vulnerável aos efeitos das crises, das pressões desestabilizadoras e dos choques externos. Mesmo com o desequilíbrio da balança comercial, a vulnerabilidade externa é muito maior nas esferas financeiras, monetária, tecnológica e produtiva, com agravamento exponencial nas últimas décadas.

A condição necessária para revertermos essa perigosa situação é o estabelecimento soberano de uma nova relação da economia nacional com o capital financeiro estrangeiro e interno. Isso pressupõe uma reorientação da intervenção estatal na economia, que direcione nosso potencial econômico – recursos naturais, humanos, técnicos e financeiros – para suprir as necessidades populares, e a renegociação soberana de nossas relações com o exterior, de acordo com as prioridades sociais. Para tanto, é preciso construir uma diretriz de desenvolvimento que compatibilize duas dimensões infrangíveis: o uso do excedente econômico principalmente para ampliar direitos e elevar o nível de vida do povo; o crescimento dos investimentos e da produção, com aumento rápido e consistente da oferta, para atender à expansão do mercado interno de consumo massivo.

Esse projeto deve inverter a orientação seguida pelo Programa de Aceleração do Crescimento – PAC –, navegante na herança do governo Fernando Henrique Cardoso, que, submissa aos interesses do capital monopolista, não reverteu decisivamente o desmanche dos serviços públicos, manteve as contrarreformas iniciadas por Collor, continua pressionando os direitos dos trabalhadores e não foi capaz de garantir o crescimento econômico em níveis adequados. Os últimos anos mostraram que mesmo as fortes economias imperialistas sucumbiram diante da crise. Se um país dependente e subdesenvolvido, como o Brasil, abandona-se às “forças de mercado” – ainda que adote planos fragmentários, como acontece desde os PNDs do regime militar –, não poderá usar os recursos e forças próprios em benefício dos interesses nacionais e populares.

Um verdadeiro plano nacional de desenvolvimento precisa passar, no mínimo, pela recuperação da capacidade governamental de fazer política econômica, o que exige a vontade política de reorientar o papel do Estado, submetendo o funcionamento das instituições econômicas ao seu controle, o repúdio aos princípios e diretrizes que subordina tudo ao pagamento de uma dívida astronômica – que em 2009, só em juros e amortizações, comeu 35,57% do orçamento geral da União, ou R\$ 2,322 trilhões –, a redução da vulnerabilidade externa e o planejamento democrático centralizado, combinado à mobilização popular e voltado à elevação do nível de vida do povo.

Relativamente ao Eixo VII, urge superar – ultrarreacionários e “ruralistas” à parte – as visões simplistas e equívocas que vêm colocando num beco sem saída as forças autoproclamadas partidárias da reforma agrária. A mais explicitamente paralisante é a postura neoconservadora, que restringe as lutas camponesas a meros assentamentos feitos a conta-

gotas, a depender do humor e das vinculações institucionais dos governantes às oligarquias políticas. Resta intacto o monopólio da terra, uma vez que a reprodução do capital e a reconcentração fundiária se dão mais rapidamente que as medidas distributivas e até recuperam glebas surgidas em áreas democratizadas. Essa diretriz representa a tentativa de resolver os focos mais evidentes de tensões sem tocar no latifúndio e sem ferir os interesses do capital territorializado, por meio de uma política agrícola em benefício da propriedade já estabelecida – seja capitalista, seja camponesa-familiar –, com prioridade para a grande produção agropecuária mercantil, apelidada de “agronegócio”.

A outra posição, embora antilatifundiária, prescreve a distribuição de terra aos camponeses, mas com o objetivo de desenvolver o capitalismo no Brasil segundo os cânones do etapismo tradicional em sua versão mais conformista, que de fato é um eco do reformismo burguês ancestral, hoje à margem da lógica econômica real. Todavia, sua variante pequeno-burguesa está conectando-se, em certos aspectos, à nostalgia da produção parcelária rural e com as várias tentativas utópicas de promover a chamada economia solidária, como alternativa societária de terceira via.

Há também os que propugnam a socialização direta da agropecuária, sob o argumento de que o campo estaria hoje completamente homogeneizado por relações de produção capitalistas e de que, portanto, os camponeses já não existiriam – seriam “assalariados disfarçados” – ou teriam se resumido a fragmentos inexpressivos. De fato, há décadas o capitalismo monopolista tem avançado no campo e “modernizado” o latifúndio, sem que a burguesia realizasse a reforma agrária. No entanto, a via de expansão do capitalismo no Brasil – tardia, dependente, reprodutora do subdesenvolvimento e indutora de crescimento desigual – mantém e recria o trabalho camponês, reproduzindo inclusive relações não caracteristicamente capitalistas, que permitem custos monetários mais baixos, ainda que com uma menor produtividade.

Um exemplo interessante é o dos camponeses “integrados” à agroindústria monopolista de aves, suínos, fumo e açúcar, que vivem o dilema imediato de sua permanência ou expulsão como pequenos produtores viáveis, cujas demandas não se colocam em termos de posição social aburguesada ou proletarizada, mas centradas no preço recebido pelo produto e pago pelos insumos ou empréstimos. Portanto, existem milhões de famílias camponesas no Brasil – sem ou com pouca terra –, que continuam mantendo a base social da luta pela democratização fundiária e que até demandam proteção contra grileiros, atravessadores, empresas controladoras do processo produtivo, bancos e monopólios de insumos.

Sem nos alongarmos na história da formação econômico-social brasileira e nas determinações objetivas das relações rurais de trabalho, basta assinalar que a economia camponesa envolve a produção: de subsistência ou mercantil simples, a interna a latifúndios tradicionais, e a familiar “integrada” a empresas monopolistas. O fundamental não é a propriedade legal, mas a posse da terra, dos instrumentos de produção (pelo menos em parte), do processo de trabalho e do resultado final obtido. De fato, nunca houve feudalismo no Brasil, mas também é verdade que o campesinato de hoje não se compõe apenas de pequenos proprietários, pois há o parceiro e o meeiro, o pequeno e médio arrendatário, o morador e o agregado, o posseiro, o integrado e mais um vasto leque de situações diferenciadas. Como o modo de produção capitalista domina, essas formas sempre aparecem subordinadas. O grande problema do campo no Brasil atual consiste na crescente miséria das massas rurais, tanto camponesas como assalariadas, submetidas à exploração sob formas distintas, embora por vezes na esfera da circulação.

A questão agrária adquiriu no Brasil um caráter complexo. Ligou-se ao conjunto da indústria e à totalidade da acumulação capitalista monopolista, nos quais a agropecuária se integrou e aos quais afetará no caso de uma transformação profunda da estrutura fundiária. Ademais, são diferenciadas as situações vividas tanto pelos camponeses quanto pelos proletários e semiproletários, que determinam as formas como essas classes e camadas sociais se engajam na luta. Assim, para alguns estratos de trabalhadores, a distribuição de terra continua extremamente importante, enquanto para outros as condições do trabalho assalariado e o controle

público dos monopólios produtores de insumos e maquinaria constitui o problema vital. As soluções para a miséria e o subemprego rural só podem ser encontradas nos marcos de uma alternativa para toda a sociedade, motivo pelo qual a reforma agrária só é viável no bojo de um conjunto de medidas orientadas para a eliminação da primazia monopolista-financeira sobre a cidade e o campo. Tal objetivo só poderá ser atingido pelo esforço conjugado e integral do bloco popular nucleado pela aliança proletário-camponesa.

Por fim, chamarmos a sua atenção para os processos concretos de realização das propostas nos marcos da ordem. Algumas poderão ser efetivadas por simples atos administrativos de governo, que não raro as implementará por meio de intensa transversalidade, como evidencia a interpenetração de eixos, subeixos e pontos, verificável na própria leitura do texto. Outras demandarão mudanças na legislação infraconstitucional e até na própria Carta Magna, o que exige, obviamente, uma correlação de forças superior à que eventualmente permita a constituição de um novo governo. Em certas condições, será preciso, também, avaliar a conveniência de uma nova Constituinte e de sua real possibilidade de expressar as demandas dos “de baixo”. O certo é que nenhuma mudança de fundo, especialmente quando tocar diretamente os interesses da oligarquia financeira e do latifúndio, se dará sem amplas mobilizações de massas, sem altas temperaturas assinaladas no termômetro da luta de classes, sem pronunciada densidade contra-hegemônica, sem uma poderosa unidade popular e sem a sua expressão numa frente política.

Desejando êxitos na luta comum,

São Paulo, setembro de 2010,

Corrente Comunista Luiz Carlos Prestes
Refundação Comunista

Proposta de eixos e desdobramentos para um
PROGRAMA NACIONAL DE GOVERNO
Eleições 2010

Sumário:

Eixo I: Expandir as liberdades democráticas

Eixo II: Mudar as instituições em benefício das classes populares

Eixo III: Combater os monopólios e o imperialismo para um desenvolvimento com soberania e elevação do nível de vida do povo

Eixo IV: Defender e ampliar as conquistas trabalhistas

Eixo V: Eliminar o desemprego, a fome e a miséria

Eixo VI: Realizar a reforma urbana

Eixo VII: Efetivar a reforma agrária antilatifundiária

Eixo VIII: Constituir novas relações socioambientais

Eixo IX: Garantir o acesso universal à saúde pública gratuita e de qualidade

Eixo X: Desmercantilizar e reformar profundamente a educação

Eixo XI: Prevenir e garantir a segurança pública

Eixo XII: Favorecer o protagonismo popular na cultura

Eixo XIII: Recalibrar a política externa, com soberania nacional e solidariedade aos povos

Eixo I

EXPANDIR AS LIBERDADES DEMOCRÁTICAS

1) Fortalecer os órgãos de luta popular e a participação dos cidadãos no exercício das funções públicas:

- incentivo, com reconhecimento e diálogo, aos órgãos autônomos de mobilização, organização e luta de massas, como conselhos populares por local de moradia e trabalho ou formas assemelhadas de participação direta;
- valorização do plebiscito e do referendo, acionando-os para os temas de maior interesse e repercussão;
- realização sistemática de fóruns com entidades representativas, para consultas e formulações de políticas setoriais;
- ampla divulgação pública dos projetos de lei em debate e abertura das casas legislativas à população, com mecanismos de consulta, debate e proposição sobre as questões que tramitam nos parlamentos.

2) Ampliar a liberdade política e reformar as leis eleitorais e partidárias:

- efetiva liberdade de organização de partidos políticos, com direito de apresentação a eleições mediante simples comunicado formal à Justiça Eleitoral, após aquisição de personalidade jurídica por meio de registro em cartório;
- fim da cláusula de barreira e instituição de mandatos eletivos por meio de proporcionalidade direta entre as legendas partidárias;
- financiamento público exclusivo das campanhas eleitorais, com proibição de financiamento privado por pessoas físicas, empresas e entidades;
- manutenção do voto proporcional para os mandatos parlamentares e eliminação das distorções na composição da Câmara Federal, implantando-se a proporcionalidade direta entre população e parlamentares a partir da mesma representação básica para os Estados e o DF;
- revogabilidade dos mandatos executivos, com consulta regular estabelecida em lei;
- proibição das propagandas disfarçadas, limitando-se as campanhas governamentais na mídia a esclarecimentos de utilidade pública sobre serviços estatais.

3) Aprofundar os direitos dos jovens, mulheres, povos originários, setores discriminados e pobres em geral:

- aplicação das conquistas democráticas contempladas no Programa Nacional de Direitos Humanos 3;
- rigor contra atos autoritários e abusos de poder;
- combate a todas as formas de opressão, preconceito e injustiça;
- políticas contra o racismo e o racialismo;
- garantia de laicismo nos espaços públicos, contra todas as formas de confessionalismo;

- plena liberdade de expressão religiosa, manifestação artístico-cultural, diversidade étnica e orientação sexual;
- luta contra o arcaísmo na vida cotidiana, nos costumes e na cultura;
- medidas contra o patriarcalismo e o machismo, bem como em apoio às necessidades sociais características das mulheres, inclusive à obrigatoriedade de creches nas empresas onde os funcionários tenham, no conjunto, pelo menos 20 filhos em idade necessitada, rumo à igualdade substantiva;
- garantia legal à liberdade de união civil entre pessoas de quaisquer sexos e pelos motivos que julgarem pertinentes, com plenos direitos;
- universalização da assistência pública, gratuita e de qualidade à gestação, ao parto, ao pós-parto e ao desenvolvimento pleno da criança, inclusive com bolsa integral do Estado à grávida carente de união civil estável e sem condições de autossustentação;
- implantação efetiva de medidas protetivas, de acolhimento e de acompanhamento previstas no Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – e na Lei Maria da Penha;
- direito da mulher a dispor do próprio corpo, inclusive ao aborto em rede pública de saúde, certificando-se de que esteja isenta de coação e consciente de sua decisão, condição a ser verificada através de processo administrativo em prazo sumário, ouvido o parceiro, findo o qual a decisão passa a ser exclusiva da requerente se portadora de plena capacidade civil;
- garantia aos direitos das populações indígenas, ribeirinhas e quilombolas, inclusive o acesso de seus descendentes aos serviços públicos, fortalecendo-se as suas iniciativas de ocupação democrática do território e respeitando-se a sua diversidade cultural.

4) Eliminar a herança da ditadura militar e o regime autocrático-burguês:

- garantias institucionais contra violações a direitos civis e políticos;
- eliminação de todo aparato, militarizado ou não, de espionagem e repressão política contra os movimentos e organizações populares;
- fim da criminalização dos movimentos e manifestações de massas;
- abertura dos arquivos e documentos secretos do regime implantado pelo golpe militar de 1964;
- entrega às famílias dos restos mortais dos opositores mortos e enterrados clandestinamente durante o regime militar;
- caracterização definitiva da tortura como crime de lesa humanidade, inafiançável, imprescritível e imune a anistia, lutando-se para modificar o entendimento do STF a respeito;
- reparação a cidadãos e familiares atingidos pela repressão pós-1964;
- criação da Comissão de Verdade sobre os crimes cometidos e acobertados durante o regime ditatorial, com averiguação dos fatos e punição aos culpados na forma da lei, para comprovar-se que a grande maioria dos militares não é responsável pelas atrocidades e livrando-se as Forças Armadas de figuras que fazem apologia da tortura e acobertam os criminosos.

5) Democratizar os meios de comunicação:

- revisão das concessões de rádio e TV, de acordo com o interesse público;
- eliminação do favorecimento político nas grades das programações;

- fortalecimento do sistema público-nacional de imprensa;
- fim da criminalização das rádios comunitárias e acesso de movimentos e entidades populares à mídia;
- garantia de acesso gratuito e universal aos benefícios da informática, inclusive à utilização de banda larga sob regime público.

Eixo II

MUDAR AS INSTITUIÇÕES EM BENEFÍCIO DAS CLASSES POPULARES

1) Rever as relações intrafederativa e entre os Poderes:

- reestruturação do Senado, com a eliminação de seu papel revisor e a sua transformação em Comissão Federativa;
- reforma do pacto federativo, com a correção da hipertrofia do Executivo Central, a superação das competências apenas residuais dos Estados, a distribuição mais eqüitativa da receita pública e relações equilibradas entre os vários entes;
- reforço às funções de fiscalização e controle da Câmara Federal e das Assembleias Legislativas sobre os Poderes Executivo e Judiciário;
- fim das prerrogativas concedidas a fundações privadas na gestão pública.

2) Valorizar os serviços públicos:

- expansão dos gastos estatais com serviços à população, priorizando-se as políticas sociais e os investimentos infraestruturais;
- manutenção e ampliação das políticas de assistência social, com a reversão das tendências focalizadoras e o fortalecimento dos direitos universais;
- redução das funções comissionadas e fim da terceirização na administração pública, com ampliação quantitativa, por meio de concursos, dos funcionários efetivos;
- promoção dos servidores, com salários melhores, condições de trabalho adequadas, fortalecimento das carreiras típicas de Estado, capacitação integral e aproveitamento de quadros permanentes nos órgãos governamentais;
- vedação de atividades terceirizadas e privatizadas na Justiça, com investimento em sua infraestrutura, agilização de suas funções e instauração do controle social sobre suas atividades, evitando-se que a Justiça do Trabalho seja usada para reprimir manifestações reivindicatórias, valorizando-se o juizado de pequenas causas e multiplicando-se as varas dedicadas a interesses populares específicos;
- implantação da Defensoria Pública em todas as Comarcas do País.

3) Democratizar as relações dos órgãos estatais com a população:

- abertura integral das contas governamentais, especialmente sobre dívida pública, execução orçamentária, investimentos estatais e contratos com empresas privadas;

- moralização da gestão e dos gastos públicos, com a sua publicidade e o livre acesso dos cidadãos às informações;
- combate à pessoalidade nas relações estatais, especialmente ao capitalismo de compadres exemplificado pelo Proer e pelo favorecimento a bancos, fazendeiros e construtoras a pretexto de combater a crise;
- erradicação da corrupção, do favoritismo nos processos de licitação e demais formas de dilapidação do erário público;
- desburocratização, gratuidade e universalização do acesso de cidadãos a espaços, bens e serviços estatais, principalmente nas áreas de Educação, Saúde, necessidades socioassistenciais básicas, Segurança, Justiça e Defensoria Pública;
- baixa geral nas tarifas dos serviços públicos de uso popular e melhoria de sua qualidade.

4) Preparar as instituições para inverter prioridades:

- retorno do Banco Central e do Conselho Monetário Nacional à efetiva autoridade do governo federal e das diretrizes econômicas gerais, recuperando-os como instrumentos para a realização de políticas públicas e reorientando suas atividades para a satisfação das condições monetárias, cambiais e de investimentos necessárias ao plano de desenvolvimento integral do País;
- recriação e fortalecimento dos bancos públicos estaduais e regionais;
- subordinação dos investimentos públicos aos interesses das maiorias nacionais, vedando-se o ditado dos grupos privados;
- instituição de novas normas para a administração pública, com vistas a priorizar os interesses populares e nacionais sobre os conceitos de “responsabilidade fiscal” e “eficiência técnica”;
- participação majoritária do Estado em investimentos dirigidos a setores disciplinados por concessões, limitando-se a presença de capital estrangeiro;
- inversão da política de favorecimento aos bancos, grandes empreiteiras e monopólios em geral, reorientando-se o financiamento público para o crédito aos pequenos e médios empreendimentos, com destaque para as operações do BNDES, do Banco do Brasil e da Caixa Econômica Federal;
- política fiscal que reduza os impostos indiretos e a carga tributária sobre o trabalho – inclusive alargando a faixa isenta de Imposto de Renda –, bem como desonere a pequena empresa, implantando-se impostos progressivos sobre os superlucros dos monopólios, as rendas muito altas e as grandes fortunas;
- instituição de leis para a punição de crimes especulativos e de “administração temerária”;
- revogação da Medida Provisória 443, de 22/10/2008, que permite a injeção de recursos públicos em grupos financeiros e em construtoras, substituindo-a por um marco jurídico-institucional que garanta mecanismos públicos de supervisão para as intervenções estatais de reestruturação ou liquidação de grandes empresas, impedindo-se as operações oportunistas, a proteção aos responsáveis e os prejuízos do Tesouro Nacional.

5) Reformar as Forças Armadas:

- eliminação da tutela militar sobre os Poderes da República, a começar pela alteração do artigo 142 da Constituição Federal, para impedir que as Forças Armadas e o Alto Comando sejam tidos, respectivamente, como fração do Estado acima dos Poderes e como árbitro supremo em crises institucionais;

- erradicação da doutrina de segurança nacional, limitando-se a competência das Forças Armadas à exclusiva salvaguarda da independência e da integridade territorial do País – especialmente, à defesa nas regiões fronteiriças ou cobiçadas por interesses geopolíticos estrangeiros –, com a vedação de seu uso para funções de polícia ou de aparato político-repressivo e com a permissão de sua convocação pelo Presidente da República, excepcionalmente e nos termos da lei, para missões de promoção social, de desenvolvimento nacional e de amparo a populações em casos de catástrofes ou calamidades públicas;
- fim da educação segregada e do antigo código de honra militar, substituindo-os pela educação comum, pela formação de conteúdo técnico-profissional e pela democratização das Forças Armadas em suas relações internas, com as demais instituições do Estado e com a sociedade civil;
- redefinição legal das forças armadas como corpo democrático e patriótico, que deve estar sempre a serviço do povo brasileiro e jamais sob o ditado de qualquer oligarquia local ou poder estrangeiro;
- criação e estruturação nacional de milícias locais com os reservistas;
- atualização das unidades com novos equipamentos para a defesa nacional;
- reconhecimento do direito à livre organização dos praças.

Eixo III

COMBATER OS MONOPÓLIOS E O IMPERIALISMO PARA UM DESENVOLVIMENTO COM SOBERANIA E ELEVAÇÃO DO NÍVEL DE VIDA DO POVO

1) Atacar a dependência e barrar a sangria da economia nacional pelos grupos financeiros:

- auditoria da dívida pública externa e interna, para preparar sua moratória, com suspensão imediata do pagamento de juros-amortizações aos grandes credores, investigação sobre a origem dos contratos, renegociação caso a caso dos títulos, alongamento dos prazos e proteção aos investimentos legítimos dos cidadãos;
- reversão no empenho crônico orçamentário, hoje voltado a megasuperávits fiscais para pagar a dívida, e submissão dos pagamentos à necessidade nacional de expandir a economia, resolver os problemas sociais graves e proteger as poupanças populares;
- controle estatal sobre a remessa de lucros e dividendos ao exterior (com sua limitação), sobre o movimento internacional de capitais (com a vedação à entrada ou saída de fundos especulativos e o fim das contas CC5), sobre o comércio exterior (com a internalização obrigatória da receita auferida pela exportação), e sobre os bancos e instituições financeiras estrangeiras (com a sua estatização);
- subordinação da atividade das transnacionais às diretrizes do plano de desenvolvimento integral do País, sob pena de multas, de intervenções e de estatização;
- exigência de acordos com as empresas transnacionais atuantes no Brasil, para transferir suas tecnologias à economia nacional;
- denúncia e revogação de quaisquer acordos internacionais ou cláusulas econômico-financeiras lesivos à soberania e aos interesses nacionais.

2) Reverter a cartelização e a desnacionalização da economia:

- controle estatal sobre a prestação dos serviços públicos vitais;
- garantia das diretrizes nacionais permanentes, com o fim da espoliação financeira, o controle estatal sobre as riquezas naturais e a nacionalização dos setores estratégicos da produção;
- imediata auditoria no patrimônio público alienado fraudulentamente a capitais privados e reestatização das empresas estratégicas imprescindíveis ao País – como Telebrás, Eletrobrás, Usiminas, CSN, Cosipa e Embraer –, a começar pela Vale do Rio Doce;
- reversão do processo de privatização da Petrobrás, restringindo-se a participação em seu corpo acionário a entes federativos, extinguindo-se a Agência Nacional de Petróleo, anulando-se os contratos de risco, suspendendo-se os leilões sobre áreas petrolíferas e reestatizando-se a Petroquisa, assim como redirecionando-se o funcionamento e o excedente econômico do monopólio público da extração, refino e circulação de óleo mineral, inclusive no pré-sal – com ressalvas aos investimentos em expansão e inovação –, para fins públicos e a solução dos problemas sociais;
- investigação dos crimes ou irregularidades ocorridos em processos falimentares, inclusive a fraude em dispensas para evitar gastos indenizatórios;
- regulação sobre o capital financeiro, controlando-se as formas de remuneração, as medidas restritivas, as operações financeiras particularmente tóxicas – derivativos, fundos de *hedge*, *swap* cambial e outras – e os limites para fusão-aquisição;
- extinção do processo de desestatização em marcha, em especial de florestas e da Empresa Brasileira de Correios e Telégrafos, assim como reversão da privatização, terceirização e mercantilização dos serviços públicos;
- combate à concentração e centralização do capital privado, com a proibição de monopólios particulares em qualquer ramo da economia e a reestruturação do sistema bancário – se necessário, nacionalizando-o – para reforçar a presença estatal nas atividades financeiras, o crédito popular, o fomento produtivo e os setores nevrálgicos da economia nacional, assim como para subordiná-lo às diretrizes do plano de desenvolvimento integral do País;
- instituição da prerrogativa estatal de atos administrativos e políticas especiais para defender, com tratamento preferencial, as empresas nacionais em face de suas equivalentes estrangeiras.

3) Planejar o desenvolvimento integral:

- adoção de uma nova concepção de desenvolvimento socioeconômico, fundado em valores humanistas, anti-imperialistas, revolucionários e ambientais, para garantir a satisfação das necessidades do povo mediante uma planificação estratégica democrática e participativa;
- implantação de um projeto nacional de desenvolvimento econômico-social – Plano de Desenvolvimento Integral do País – baseado na soberania nacional e na valorização do trabalho, para enfrentar os desequilíbrios internos, a vulnerabilidade externa, as crises cíclicas, a hiperconcentração de renda, a miséria e as injustiças sociais;
- planejamento central da economia, balizado nas demandas da população, no estímulo ao mercado interno, na nacionalização das cadeias produtivas básicas, no soerguimento da infraestrutura do País com padrões atualizados, na resolução da carência energética, no incentivo à fabricação dos bens produtivos de ponta, no favorecimento a empresas empregatícias, na progressiva diminuição dos desníveis regionais, no reequacionamento do comércio exterior com produtos de alto valor industrial agregado e no crescimento com taxas superiores à expansão populacional;

- fortalecimento, reorganização e democratização das empresas públicas, para que a participação econômica do Estado se converta em força estruturada a serviço dos interesses populares e nacionais, por meio do Centro de Planejamento das Empresas Estatais;
- articulação progressiva do planejamento público centralizado, com a criação de relações e instituições que aumentem a influência decisória dos proletários em suas atividades de trabalho e dos cidadãos em todos os aspectos da reprodução social;
- programa para as regiões pobres do País, com a implantação de complexos hidroelétricos e de fontes energéticas alternativas, como vento, luz solar e combustível de origem vegetal;
- ampliação dos serviços públicos de educação, saúde, saneamento, assistência e outros, para assegurar a universalização dos direitos sociais, prioritariamente, em territórios onde são a renda menor, os equipamentos urbanos mais débeis e os movimentos sociais mais necessitados;
- elaboração de um programa estratégico para combater a seca e seus efeitos nas regiões áridas e semiáridas, com planejamentos e intervenções macroecológicos, preventivos e emergenciais;
- reestruturação do sistema nacional de transportes, para subordiná-lo à gestão estatal, melhorar a malha rodoviária, expandir a rede ferroviária para longas distâncias e valorizar a navegação;
- política para deter o endividamento das famílias de baixa renda e para expandir sua capacidade aquisitiva por meio de financiamentos destinados à compra de moradia, artigos de primeira necessidade, meios de trabalho e bens cuja produção seja básica na manutenção de empregos.

4) Mudar a política econômica:

- controle sobre o capital financeiro internacional, com medidas, metas e atividades monetárias anti-inflacionárias e antiespeculativas, com a regulamentação do fluxo financeiro e com a proibição de transações envolvendo paraísos fiscais;
- garantias para a poupança popular e para os depósitos em um contexto de crise econômica aguda, prevenindo-se situações semelhantes ao “crralito” argentino de 2001;
- redução da taxa de juros básica e na ponta dos empréstimos, com restauração do teto constitucional obrigatório de 12% ao ano;
- expansão seletiva de créditos, orientada para a oferta de alimentos, bens e serviços básicos;
- uso das reservas com parâmetro no equilíbrio e na reestruturação da economia nacional, provendo-se a sua expansão através de um imposto sobre exportação de *commodities*, sem ônus para as finanças públicas, e evitando-se a sua redução com gastos desnecessários ou capazes de expor o País a ataques especulativos;
- eliminação da promiscuidade entre governo cartorial e socialização dos riscos do capital, invertendo-se a política de créditos, de subsídios e de incentivos fiscais com que hoje o Estado assume uma parte do “custo do dinheiro” e dos “custos de produção” dos monopólios;
- redução do superávit fiscal primário a patamares que possibilitem as políticas públicas de interesse popular;
- fim do câmbio flutuante, implantando-se um controle direto estatal da conversibilidade, por meio de sua centralização pelo Banco Central e de outras normas, segundo os objetivos permanentes do País, os interesses das classes populares e o conjunto harmônico das medidas imediatas contra o risco de uma megacrise;
- supressão do regime de metas anti-inflacionárias rígidas e sua substituição por uma política abrangente para combater a vulnerabilidade externa nas esferas produtiva, tecnológica, monetário-financeira e comercial, assim como para bloquear as pressões da desvalorização cambial em conjuntura de balanço de pagamentos deteriorados, de elevados passivos de curto

prazo, de juros altos, de contenção no consumo, de baixo investimento interno e de desaceleração econômica, em face das gigantescas desigualdades na renda e no patrimônio.

Eixo IV

DEFENDER E AMPLIAR AS CONQUISTAS TRABALHISTAS

1) Melhorarias imediatas na situação dos trabalhadores:

- recuperação dos direitos subtraídos por meio da “flexibilização” conservadora e garantia de novas conquistas para os servidores públicos ativos e aposentados, inclusive o direito dos pensionistas à paridade salarial;
- fim das tentativas de alterar o Artigo 7º da Constituição Federal e defesa dos direitos consagrados, como férias remuneradas, 13º salário, hora-extra, adicional noturno, descanso semanal, licença maternidade e auxílio paternidade;
- aumento no poder de compra do salário mínimo, referenciado nos estudos do Dieese, e sua elevação progressiva acima da inflação, adotando-se a escala móvel de reajuste por gatilho automático – com base na taxa inflacionária, no índice real do custo de vida, na produtividade e no maior aumento concedido a agentes públicos – para suprir as necessidades humanas básicas nos padrões civilizados e constitucionais;
- reposição integral da inflação também para assalariados com remuneração intermediária;
- trabalho semanal máximo de 40 horas diurnas e 30 horas noturnas, sem redução salarial, assim como fim do banco de horas e taxação maior das horas extras, na perspectiva de novas conquistas relativamente à jornada laboral;
- diminuição da carga tributária sobre os trabalhadores;
- combate à precarização das relações assalariadas e ao recurso da informalidade, com o fortalecimento das instâncias e órgãos aplicadores de normas protetivas, assistenciais e orientadoras do trabalho, assim como o apoio ao papel fiscalizador do Estado sobre as relações de emprego;
- implantação de um plano nacional para a erradicação do trabalho infantil e sem direitos ou em condições degradantes;
- criação do Fundo de Estabilidade Social para os Trabalhadores Por Conta Própria, com vistas a prover aposentadoria, pensão, férias, repouso, licença maternidade, proteção da natalidade, repouso médicos e outros direitos aos autônomos;
- garantia dos direitos trabalhistas e previdenciários do proletariado e do semiproletariado rural, inclusive a suspensão automática de contratos públicos e financiamentos para empresas que descumprem as obrigações trabalhistas, fundiárias e previdenciárias;
- plano nacional contra acidentes e doenças profissionais, promovendo-se a saúde do trabalho.

2) Reconstruir e aprofundar a Seguridade e a Previdência Social:

- ampliação dos benefícios sociais vinculados ao processo de trabalho, inclusive o seguro-desemprego;
- anulação dos cortes nas vantagens previdenciárias e eliminação das tentativas de contrarreformar a Seguridade Social;

- aprimoramento da Previdência Pública, transformando-a em sistema único e universal, para valorizar a principal política de distribuição de renda prevista na Constituição e vigente no País;
- recuperação dos fundos da Previdência Pública, com o fim dos gastos por desvios de finalidade, a cobrança das dívidas mantidas por empresas privadas ou entes públicos, o combate à corrupção e a eliminação dos desperdícios por má gestão;
- reestatização dos fundos de pensão e das empresas privadas de previdência;
- alargamento da arrecadação do INSS por meio da incorporação do conjunto do mundo do trabalho ao sistema, do aumento da renda global dos assalariados e do controle público sobre a Previdência, concomitantemente ao combate ao desemprego, à sonegação e à precarização dos produtores diretos;
- fim imediato do fator previdenciário.

3) Garantir os direitos sindicais:

- defesa e ampliação das liberdades sindicais, inclusive a garantia legal de organizações por local de trabalho;
- proibição de práticas antissindicais efetivadas pelos patrões e pelo Estado;
- completa autonomia sindical, com decisão soberana dos ramos ou entidades sobre seus assuntos internos, sem interferências do patronato ou do Estado;
- pleno, efetivo e irrestrito direito de greve, assim como proibição de *lockout* patronal;
- regulamentação do Artigo 8º da Constituição Federal, fim das arbitrarias interdições proibitórias e combate à sabotagem do direito inalienável de greve;
- eliminação do uso da Justiça do trabalho para criminalizar as mobilizações sindicais, especialmente as greves dos assalariados;
- consolidação da estrutura e do poder normativo da Justiça do Trabalho sobre normas salariais e violações dos direitos;
- implantação do contrato coletivo, mas com primazia das leis em defesa do trabalho sobre acordos e com a vedação das brechas legais que permitem cortes salariais por meio de conluio;
- ratificação das convenções 158 e 151 da OIT, que vedam a demissão imotivada e legalizam a organização sindical para os funcionários públicos;
- extensão de todos os direitos trabalhistas e sindicais ao proletariado rural, fiscalizando-se a sua realização.

Eixo V

ELIMINAR O DESEMPREGO, A FOME E A MISÉRIA

1) Medidas defensivas e de emergência contra o desemprego:

- implantação de frentes públicas de trabalho em tarefas emergenciais ou de interesse comunitário, para gerar empregos provisórios nos municípios, com apoio dos estados federados e da União;
- garantia de um subsídio-desemprego geral e completo;

- criação de um sistema legal que garanta efetivamente a estabilidade no emprego;
- medidas contra ações patronais que provoquem desemprego, inclusive a proibição de demissões em massa.

2) Plano Nacional para o Pleno Emprego:

- combate ao desemprego por meio de um plano de industrialização em longo prazo, incentivando-se os setores produtivos com alta concentração de força de trabalho – especialmente onde a taxa de ocupação é menor –, os programas promotores do assalariamento e a redução da jornada laboral;
- reorientação das políticas para estabelecer, sustentar ou apoiar formas de trabalho e produção familiar, associativa, cooperativa ou em unidades econômicas públicas, que garantam emprego e meio de sustento para as pessoas diretamente implicadas, assim como contribuam para a ampliação relativa da oferta de bens de primeira necessidade;
- implementação de serviços sociais específicos nas regiões mais pobres, assim como de obras públicas para ampliar a infraestrutura das capacidades produtivas e prevenir calamidades como secas e enchentes;
- integração dos benefícios concedidos em programas assistenciais com distribuição de renda em novas formas de integração ao mundo do trabalho, garantindo melhores condições e perspectivas de vida.

3) Política abrangente para erradicar a fome e a miséria

- ampliação do alcance e universalização das políticas de assistência social do governo federal, corrigindo-as na perspectiva de reverter seus aspectos focalizadores, universalizá-las, eliminar seus traços paternalistas e institucionalizá-las em lei;
- efetivação de políticas estruturais e transversais que eliminem as causas profundas da fome e da miséria;
- implementação de medidas para estabilizar, em nível condizente com os salários reais da maioria dos trabalhadores, os preços dos bens e serviços de primeira necessidade;
- resgate ao caráter amplo do Programa Fome Zero – abandonado e substituído pelo Bolsa Família compensatório e focalizado –, aplicando-se o conjunto original das 25 políticas integradas por mais de 40 programas para alimentar com qualidade e regularidade mais de 40 milhões de brasileiros, bem como desenvolvendo-se ações nas áreas de alfabetização, cooperativismo, capacitação profissional, recursos hídricos e reforma agrária;
- promoção de uma nova política contra a fome e a miséria, antipaternalista e de emancipação social, viabilizando-se as condições para que os beneficiários e suas famílias produzam a própria renda, recuperem a autoestima e se considerem trabalhadores cidadãos.

Eixo VI

REALIZAR A REFORMA URBANA

1) Instituir o direito à cidade, com vida digna e saudável:

- formação do direito à cidade como bem público, com acesso à centralidade cultural e política renovada na vida urbana, aos espaços de encontro e intercâmbio desprendidos do valor de troca, e aos ritmos de vida e emprego do tempo que permitam o uso pleno dos momentos e lugares,

integrando-se todos os cidadãos, especialmente o povo pobre hoje rechaçado para as periferias e as ilhas subequipadas de serviços estatais e saneamento;

- aplicação de políticas para suprir as carências crônicas das populações urbanas, com base nos padrões postos pelo processo civilizatório, universalizando-se o saneamento básico, atualizando-se a infraestrutura de transporte coletivo público e providenciando-se a oferta de gêneros prioritários a baixo custo;

- implantação, especialmente nas periferias, dos serviços públicos de interesse social, como o amparo à infância abandonada e à juventude;

- combate à especulação imobiliária nas cidades, com a democratização do solo, a desapropriação das áreas baldias, a regularização da posse nos terrenos ocupados e a utilização dos imóveis vazios;

- criação de infraestrutura e programas de universalização do acesso a cultura, arte, esporte e lazer;

- plano nacional para o tratamento das áreas de risco e de mananciais, com ênfase nos bairros mais pobres das grandes regiões metropolitanas.

2) Garantir moradia para todos:

- acesso de todos à casa própria, aplicando-se um programa nacional de construção para extinguir o déficit habitacional na população de baixa renda, a ser iniciado com a utilização das áreas recuperadas à especulação;

- recursos públicos para os fundos de habitação e condições mais favoráveis de financiamento para construção de moradias;

- proteção ao lar familiar ou individual contra atos de embargo ou expropriação;

- fundo nacional para urbanização de Vilas e Favelas, com dotação percentual obrigatória nos orçamentos dos entes federativos.

3) Resolver a crise da mobilidade urbana:

- política de transporte público coletivo com boa qualidade, preços acessíveis e em quantidade suficiente para atender à demanda fundamental, como alternativa atraente ao uso de veículos particulares;

- criação de empresas públicas para implantar ou expandir redes de metrô nas grandes regiões metropolitanas do País, como eixo central de sistemas de transporte coletivo, integrados a planos centralizados de urbanização;

- passe estudantil livre no transporte coletivo urbano;

- implantação de regras claras para a fiscalização do trânsito, obrigando-se o uso exclusivo de equipamentos nos pontos de conhecimento e visibilidade pública, a exemplo de sinais e lombadas eletrônicas explícitos, com fins educativos, e não de arrecadação.

Eixo VII

EFETIVAR A REFORMA AGRÁRIA ANTILATIFUNDIÁRIA

1) Garantir o direito à luta camponesa:

- descriminalização do movimento camponês e anistia a seus militantes perseguidos com processos judiciais, condenações e mandados de prisão;
- proteção do Estado a ativistas sociais ameaçados;
- punição aos responsáveis pela repressão privada ou pública a militantes populares;
- dissolução das milícias privadas formadas com jagunços ou empresas legais.

2) Eliminar a propriedade monopolista da terra:

- extinção do monopólio agrário privado, com a eliminação do o latifúndio por meio de tetos legais equivalentes a 35 Módulos Fiscais, revertidos regionalmente em hectares, acima dos quais as terras serão desapropriadas e nacionalizadas para fins de reforma agrária, tal como propõe a Frente Nacional pela Reforma Agrária e Justiça no Campo – FNRA;
- incorporação ao patrimônio público das propriedades griladas, sem titulação legal, com grandes extensões devolutas, usadas para narcotráfico ou com atividades improdutivas calcadas na exclusiva obtenção de renda fundiária;
- instituição da justiça agrária, com estrutura nacional própria e recursos suficientes.

3) Democratizar a posse da terra e articular a reforma agrária com o planejamento nacional:

- assentamento imediato de todas as famílias acampadas;
- garantia de posse vitalícia e inalienável em áreas estatais às famílias camponesas sem ou com pouca terra, a começar pelas porções nacionalizadas próximas a cidades, rodovias, ferrovias, rios e barragens;
- direito à posse da terra para os camponeses que a trabalham – posseiros, parceiros, arrendatários e assim por diante –, estendendo-a, em forma de concessão, a todos os produtores obrigados a pagarem renda fundiária a proprietários ausenteístas;
- instituição de um plano de reforma agrária abrangente, com mudanças econômicas, sociais e políticas no meio rural, inclusive o acesso aos necessários meios de produção, gestão e comercialização, com vistas a proteger, respaldar e integrar os trabalhadores rurais ao planejamento nacional, a melhorar o uso das terras para articulá-las ao conjunto da indústria segundo os interesses nacionais e populares, a garantir a soberania alimentar, o aumento da produção e as novas relações socioambientais, e a empregar a renda da terra para elevar o nível de vida dos trabalhadores e ajudar na provisão das despesas públicas;
- estímulo à prática cooperativista autônoma dos pequenos produtores “integrados” à agroindústria monopolista de aves, suínos, fumo e açúcar, bem como abertura de canais de organização, expressão e mobilização para as camadas marginalizadas no processo de contratação dependente;
- controle público sobre as indústrias produtoras de insumos e maquinaria agropecuários, para articular a vanguarda produtiva e tecnológica do País às necessidades da produção e do consumo rurais;

- incentivo aos pequenos e médios proprietários privados ou detentores de posse em terras estatais, por meio de uma política agrícola progressista, com financiamentos a juros módicos, assistência técnica, proteção diante dos atravessadores, preços mínimos garantidos, saneamento básico e infraestrutura para produzir, armazenar e transportar bens de primeira necessidade.

Eixo VIII

CONSTITUIR NOVAS RELAÇÕES SOCIOAMBIENTAIS

1) Defender a natureza para os seres humanos

- subordinação dos planos infraestruturais, atividades produtivas e ecossistemas aos interesses humanos integrais;
- campanha, atualização legislativa e atos administrativos contra o uso predatório dos bens naturais;
- controle das indústrias com resíduos tóxicos, atuantes na mineração e produtoras de insumos para atividades rurais;
- fiscalização sobre uso de agrotóxicos e adubos químicos na agropecuária;
- proteção e revitalização dos recursos hídricos, com acesso universal à água, como bem público inalienável, nas cidades e no campo.

2) Buscar o progresso com fins sociais emancipatórios e demografia equilibrada:

- manutenção da biodiversidade nacional e da Amazônia Brasileira a salvo das ambições imperialistas, da devastação capitalista e da anarquia econômica;
- suspensão e revisão do projeto de transposição do Rio São Francisco, para submetê-lo a referendo com vistas a garantir os interesses populares, especialmente a recuperação da bacia hídrica, a sua articulação com a reforma agrária e a promoção dos direitos das populações ribeirinhas.
- suspensão e revisão das obras para a construção da Usina de Belo Monte, com vistas a elaborar um novo projeto e submetê-lo a referendo;
- quebra de patentes que privatizem benefícios originários da flora, da fauna e da cultura nacionais, assim como contradigam o interesse social;
- normatização da pesquisa, produção e comercialização de seres geneticamente aprimorados ou modificados, com garantia à proteção antimonopólica, ao controle social público dos avanços técnico-científicos, ao direito à informação, ao consumo com segurança e à salvaguarda da biorriqueza originária;
- medidas que possibilitem e estimulem uma distribuição da população mais homogênea, igualitária e adequada ao desenvolvimento de uma industrialização avançada e planejada, garantindo-se progressivamente aos trabalhadores rurais os confortos e vantagens cidadinas, aos urbanos o contato saudável com a natureza revitalizada e a todos o início da diminuição gradual da distinção entre cidade e campo.

3) Construir um ambiente urbano de qualidade:

- política nacional de limpeza e destinação do lixo nas cidades, com princípios, diretrizes, programas e ações concretas, em convênio entre as partes federativas, recuperando-se a intervenção do poder público como atividade essencial à vida e à saúde pública;
- estímulo e financiamento público para aproveitar e reciclar integralmente o lixo urbano com tecnologias de ponta, com vistas ao seu aproveitamento em substituição aos amontoamentos a céu aberto e aterros sucessivos;
- legislação e fiscalização sobre o gerenciamento dos resíduos hospitalares em todas as unidades de saúde;
- normas referentes à poluição atmosférica e sonora, com utilização de combustíveis e tecnologias de menor impacto no transporte coletivo e nas demais atividades urbanas.

4) Produzir e trabalhar com limpeza e qualidade:

- programa nacional de organização da coleta e da reciclagem como atividade industrial viável, contemporânea e em larga escala, para produzir e aproveitar o composto orgânico e outros materiais em atividades públicas e privadas de agricultura e jardinagem;
- mobilização da sociedade civil para o cuidado com as cidades do País, formulando-se políticas que articulem ações socioeducativas com abertura de empregos;
- valorização dos trabalhadores da limpeza urbana, garantindo-lhes condição laboral melhor, formação integral e eventos simbólicos de reconhecimento público;
- contenção rigorosa do desmatamento, principalmente na Amazônia e no Cerrado, e frentes de trabalho para reflorestar áreas degradadas em nascentes, faixas ciliares, margens das estradas e manchas erodidas;
- utilização sustentável das florestas, com iniciativas estatais, diretas ou por concessão, e o aproveitamento de experiências populares locais de trabalho.

Eixo IX

GARANTIR O ACESSO UNIVERSAL À SAÚDE PÚBLICA GRATUITA E DE QUALIDADE

1) Fortalecer e aprofundar o SUS:

- alargamento das atribuições do SUS para torná-lo, além de método de gestão, política integral de saúde, de acordo com o princípio original e constitucional, reconstruindo-se a imagem e as políticas do Estado como prestador universal;
- soerguimento do SUS por meio da reconstrução e ampliação da rede física pública de hospitais do País, para cobrir as demandas da população – das unidades ambulatoriais aos atendimentos de alta complexidade –, sem distinção de classe social ou poder aquisitivo, com autonomia em relação às empresas privadas de saúde;
- garantia de assistência médico-hospitalar pública, universal, gratuita, rápida, atualizada e de boa qualidade, a começar pelos bairros populares mais carentes e as regiões abandonadas do interior;

- medidas que reservem mais verbas para a saúde e bloqueiem o desvio de recursos para outras áreas;
- fim da gestão terceirizada por meio de organizações sociais.

2) Dotar a saúde pública de prioridades e resultados práticos:

- implantação de políticas preventivas permanentes, com vistas a prover, na cidade e no campo, as condições necessárias de saneamento profilático, água potável e formação cultural para a saúde coletiva;
- quebra das patentes estrangeiras de medicamentos essenciais, investimento em pesquisa laboratorial e fabricação-distribuição estatal de remédios e vacinas de primeira necessidade;
- constituição de uma estrutura de profissionais para prevenir e combater as endemias e moléstias de raízes sociais, causadas pelas condições de vida precárias e a pobreza;
- acompanhamento continuado do paciente pelo mesmo profissional, com tratamento completo da prevenção até a plena recuperação;
- reorganização do programa de acesso a consultas especializadas, de modo a eliminar os casos de demora excessiva;
- preparação da rede pública para atender nos locais de moradia a pacientes que necessitem de cuidados especiais na fase de pós-hospitalização, notadamente crianças e idosos;
- fortalecimento da medicina do trabalho e de seu poder normativo.

3) Resgatar o papel e a dignidade dos servidores da saúde:

- combate à privatização e à elitização da saúde, inclusive a alteração imediata das leis sobre fundações privadas e “organizações sociais”;
- formação dos profissionais da saúde pública em disciplinas e práticas voltadas à maioria da população;
- valorização dos trabalhadores da saúde pública em suas múltiplas dimensões, com programas de graduação, qualificação, especialização e formação integral, assim como salários dignos, piso nacional, regime funcional, segurança, melhorias nas condições de trabalho, jornada especial de 30 horas e aposentadoria especial por insalubridade;
- elevação da qualidade no atendimento à população, na perspectiva da dedicação exclusiva para os profissionais da saúde;
- relação democrática entre usuários e servidores da saúde, com a participação de suas respectivas entidades representativas.

Eixo X

DESMERCANTILIZAR E REFORMAR PROFUNDAMENTE A EDUCAÇÃO

1) Priorizar o ensino público, gratuito e universal:

- erradicação do analfabetismo em quatro anos, com a mobilização de especialistas, servidores públicos e sociedade civil, especialmente a juventude estudantil, por meio de um programa nacional;

- fim da dilapidação dos recursos estatais em medidas de capitalização das indústrias privadas de ensino, com destinação exclusiva de verbas orçamentárias às escolas públicas, e extensão da rede pública de educação em todos os níveis e na sociedade inteira, com vistas à suficiência física, primazia, gratuidade, universalidade real e alta qualidade;
- garantia de maiores verbas e investimentos para o ensino em todos os níveis, com elevação do piso obrigatório de recursos orçamentários nos entes federativos e a ampliação do controle externo sobre a sua aplicação;
- democratização do ensino básico, construindo-se a sua identidade, instaurando-se a autonomia das unidades, descentralizando-se os recursos orçamentários, fortalecendo-se as forças vivas, garantindo-se um sistema público, de qualidade e realmente universal, valorizando-se os servidores, capacitando-se o corpo docente, franqueando-se gratuitamente os materiais didáticos aos educandos de baixa renda e amparando-se a juventude;
- fortalecimento e ampliação do programa Bolsa-Escola, condicionado-se rigorosamente o benefício das famílias registradas à participação em planos governamentais de combate ao desemprego e à frequência escolar integral de seus filhos.

2) Promover uma reviravolta pedagógica:

- instaurar novos parâmetros pedagógicos, com a atualização dos recursos tecno-materiais, a revalorização das relações com a informática, o incentivo às atividades de pesquisa, a implantação do primado da vivência prática no aprendizado e a promoção do conhecimento universal, assim como a ligação do estudo à realidade social, à esfera da produção, às necessidades dos “de baixo” e à cultura popular, com vistas a direcionar os conteúdos curriculares e os métodos de ensino para uma formação escolar e social crítica, criadora e contemporânea, além de buscar a resolução dos problemas existentes na sociedade brasileira e a solidariedade entre os povos;
- constituição de uma comissão de trabalho nacional de caráter interdisciplinar, para elaborar um anteprojeto de Reforma do Ensino Básico, contemplando-se temas como educação integral, política pedagógica, grade curricular mínima obrigatória, avaliação, rede física, formação dos educadores, carreira para servidores e piso salarial, com vistas a submetê-lo a uma conferência nacional democraticamente preparada com entidades, profissionais, órgãos e famílias envolvidos no processo educacional;
- inserção da música e do esporte no currículo, como ferramentas para desenvolver a consciência da realidade, o pensamento abstrato, a criatividade, a sensibilidade, o bem-estar físico-mental, o equilíbrio emocional, o espírito coletivo, a responsabilidade, a autodisciplina e o aprendizado transversal, bem como para fortalecer a proteção social e um ambiente favorável à convivência democrática entre os jovens.

3) Implantar a escola em tempo integral:

- desenvolver o ensino básico em tempo integral – dois turnos de trabalho e profissionais especializados em acompanhamento contínuo –, a começar pelas escolas onde exista espaço físico disponível, com investimentos em construção civil, abertura de novas vagas, capacitação de servidores e aproveitamento crítico da experiência em torno dos Cieps;
- garantia, no sistema integral, da alimentação necessária aos educandos, assim como de materiais didáticos e equipamentos interativos de suporte, atualizados e condizentes com os novos perfis e interesses da juventude;
- programação mínima obrigatória para o ensino em tempo integral, ocupando-se uma parte do

tempo com reforço ao processo de aprendizagem realizado no turno e a outra parte em atividades de vivência integral dos educandos – acompanhamento médico-odontológico, nutrição, cultura, esporte e recreação;

- desenvolvimento do ensino infantil como parte integrante do sistema público de ensino, acelerando-se as metas da universalização progressiva prevista no Plano Nacional de Educação, aproveitando-se os espaços existentes nas comunidades e garantindo-se o atendimento universal, a começar pelas áreas onde residem os segmentos sociais mais carentes.

4) Integrar os trabalhadores do ensino, as famílias e os estudantes no processo educacional:

- reforço, democratização e qualificação do papel das instâncias ligadas ao ensino, dos colegiados aos Conselhos de Educação;

- mudança no relacionamento da escola com as entidades representativas dos trabalhadores do ensino, tratando-as com respeito e encarando-as como sujeitos importantes no processo educacional;

- formação e capacitação de educadores em instituições capazes de atenderem às suas demandas, especialmente as universidades públicas;

- políticas voltadas à preservação da saúde e da segurança dos professores e funcionários;

- sistema permanente de educação básica para trabalhadores alfabetizados que no período regular se afastaram do ensino, para elevação de escolaridade e formação integral, apoiando-se na estrutura física das escolas e outros espaços públicos.

5) Por uma universidade democrática, criadora e popular:

- consolidação da concepção de que as Universidades Federais devem ser autarquias especiais, gratuitas sob responsabilidade da União, que assumirá seu custeio total por meio de dotação orçamentária global e será administrada democraticamente pela comunidade universitária, com autonomia financeira, administrativa e didático-científica;

- garantia de uma efetiva democracia universitária, com eleição de dirigentes e composição dos órgãos colegiados a partir do voto paritário de professores, estudantes e trabalhadores técnico-administrativos;

- democratização das oportunidades educacionais, com aumento massivo de vagas – nas escolas técnicas e universidades federais – e ênfase nos cursos noturnos, de modo a que o povo trabalhador lhes tenha mais acesso, na perspectiva de cobrir toda a demanda por ensino, moradia, transporte, alimentação e material didático gratuitos aos estudantes;

- implantação de um projeto educacional global, para que a Universidade desempenhe a função social e culturalmente criadora de produzir conhecimento original, fazer pesquisa científica e tecnológica, defender a crítica à exploração e à opressão, e construir uma sociedade com justiça social, onde o ser humano consiga viver da forma mais racional e livre possível, assim como desenvolver suas capacidades e atenda a necessidades cada vez mais ricas e humanizadoras;

- integração efetiva entre ensino, pesquisa e extensão, como princípio que favorece a ligação da Universidade com as necessidades da maioria da sociedade e com os interesses populares, assim como a busca à unidade teoria-prática e o reforço a projetos coletivos de trabalho;

- enquadramento das instituições de ensino privado como concessões públicas submetidas ao interesse e ao controle do Estado e da sociedade, com autonomia acadêmica e administrativa em

face das mantenedoras, com democracia universitária, e com respeito à liberdade de organização dos trabalhadores e estudantes.

Eixo XI

PREVENIR E GARANTIR A SEGURANÇA PÚBLICA

1) Revalorizar e integrar o trabalho de segurança pública:

- consolidação do Sistema Único de Segurança Pública – Suas –, com a integração e a coordenação das várias esferas de ação estatal para prevenir e combater a criminalidade;
- desmilitarização e democratização das Polícias Militares, assim como a sua unificação com as Polícias Civis, constituindo-se forças de segurança estaduais integralizadas;
- cumprimento da Lei Federal nº 12.191/2010, que “concede anistia a policiais e bombeiros militares de Rio Grande do Norte, Bahia, Roraima, Tocantins, Pernambuco, Mato Grosso, Ceará, Santa Catarina e Distrito Federal, punidos por participarem de movimentos reivindicatórios” em defesa de melhores vencimentos e condições de trabalho;
- redirecionamento das instituições e efetivos do sistema de segurança pública, garantindo-se a policiais, bombeiros, servidores administrativos e agentes penitenciários melhores vencimentos, piso nacional de salários por meio de emenda constitucional, condições dignas de trabalho, qualificação profissional, formação integral e eliminação das bandas podres, assim como a diminuição da desproporção entre a situação dos altos escalões da oficialidade e a dos praças;
- ampliação das políticas e ações comuns entre a União, os Estados e os Municípios na elaboração de programas preventivos;
- integração das instituições de segurança e justiça, com vistas a eliminar a impunidade;
- reforma do sistema prisional, com prioridade à socioeducação e à reintegração social dos internos;
- fim das tentativas de privatização do sistema prisional, a qualquer título.

2) Concentrar o esforço nas políticas preventivas:

- fortalecimento do pano de fundo estratégico da segurança pública, que são as políticas sociais para as áreas mais sensíveis e as transformações globais que permitirão a extinção da fábrica de crime e marginalidade vigente no País;
- articulação privilegiada e transversal da segurança pública com o conjunto das ações socioeducativas e socioassistenciais;
- ampliação da presença do poder estatal nas áreas de maior risco e vulnerabilidade social, com iniciativas de iluminação pública, construção de creches, educação em tempo integral, combate ao analfabetismo, atividades artístico-culturais, práticas esportivas, eventos de lazer, ação de agentes comunitários de saúde e formação em direitos humanos;
- ênfase na política de emprego e ocupação no entorno das áreas urbanas mais pobres e carentes de oportunidades sociais e serviços públicos, com a sua integração à cidade e a formação profissional de jovens;
- implantação de programas socioeducativos, de centros de atendimentos e de hospitais

equipados para suprirem a prevenção ao uso de drogas e o tratamento a dependentes químicos, inclusive em casos agudos de *overdose* e crise de abstinência;

- apoio às entidades e militâncias voluntárias, dedicadas a atividades democráticas e progressistas com adolescentes;
- desenvolvimento e intensificação das ações protetivas articuladas aos entes estaduais e municipais, bem como a entidades da sociedade civil;
- reforma nos sistemas penal e prisional, multiplicando-se o número de unidades no modelo Apac, privilegiando-se as diretrizes da justiça restaurativa e garantindo-se, integralmente, a guarda de internos por agentes penitenciários.

3) Mudar o eixo do combate ao crime:

- reestruturação das instituições de Segurança Pública, centrando-se o ataque na organização de quadrilhas, no tráfico de drogas ou armas, na lavagem de dinheiro, nos delitos de colarinho branco e nos crimes de tortura;
- reforço à estrutura de inteligência e à monitoração das empresas capitalistas marginais que atuam no tráfico e nas operações financeiras, com ênfase no escalão superior e dominante do crime organizado;
- aprimoramento das atividades das Polícias Federal e Rodoviária Federal no controle das fronteiras, rodovias e hidrovias, para cortar os canais de abastecimento ao tráfico de drogas;
- mudança nas leis, com a ampliação do leque de prestações alternativas para os crimes leves – causadores de danos baixos ou quase nulos à vida social –, aos quais se dirige a grande maioria das penas aplicadas;
- efetivação, junto aos sistemas de segurança e justiça, do art. 3º da Lei Federal nº 11.343/2006, que orienta a repressão exclusivamente à produção não autorizada e ao tráfico ilícito de drogas, mas caminhar rumo à descriminalização completa do uso.

Eixo XII

FAVORECER O PROTAGONISMO POPULAR NA CULTURA

1) Democratizar a cultura:

- enfrentamento contra-hegemônico à mercantilização dos bens culturais;
- combate aos monopólios da comunicação e do saber, com abertura de espaços às manifestações artístico-culturais do povo brasileiro e à apropriação nacional das conquistas espirituais universalizadas pela civilização humana;
- incentivo às artes, à filosofia, à ciência e ao esporte com políticas traduzidas no âmbito do sistema público de ensino, da mídia estatal e de projetos governamentais específicos, que reflitam as diversidades brasileiras e a identidade nacional;
- oferta pública e gratuita de condições para o desfrute humanizador e criativo do tempo livre, em benefício do desenvolvimento humano físico, espiritual, moral e cultural dos trabalhadores.

2) Incentivar a cultura nacional-popular:

- elaboração de um diagnóstico nacional sobre o ambiente cultural brasileiro, contemplando-se os diversos atores, espaços, práticas e necessidades;
- proteção ao patrimônio histórico do País, às manifestações culturais de cunho popular e à memória de suas fontes ancestrais, com promoção, em todos os terrenos, das ricas diversidades regionais e sínteses nacionais;
- programa nacional de reprodução e preservação, em alto nível de qualidade técnica e estética, das principais obras da literatura, da música e do cinema brasileiros, franqueando-as em espaços públicos e a preços acessíveis;
- investigação, preservação e pesquisa dos sítios arqueológicos onde estão os restos dos povos ancestrais que habitavam o atual território nacional, com vistas a reconstituir suas histórias e características antropológicas, bem como a instituir roteiros de visitas para estudiosos e interessados em geral.

3) Fortalecer a cultura como ambiente socioeducativo:

- incentivo às atividades artístico-culturais – eventos, debates, produtos e tendências – ligadas às sínteses nacionais-populares locais e regionais, que preservam e desenvolvem a herança multilateral das singularidades, e às vanguardas estéticas, que dialogam com a universalidade;
- implantação de projetos culturais e esportivos para jovens, inclusive festivais e torneios nacionais envolvendo os diversos entes federativos, especialmente nas escolas e nas comunidades das periferias urbanas;
- linhas de crédito subsidiadas para projetos populares de novas rádios, TVs, revistas e jornais de grande circulação;
- gestão integrada nos programas e projetos na área cultural, em articulação transversal com a Educação, o Meio Ambiente, o Esporte, o Turismo e o Lazer;
- promoção, em perspectiva universalizante, do intercâmbio com as singularidades culturais de outros povos – especialmente da América Latina –, com as criações artísticas das vanguardas estéticas em escala mundial e com os avanços nas várias áreas do conhecimento.

Eixo XIII

RECALIBRAR A POLÍTICA EXTERNA, COM SOBERANIA NACIONAL E SOLIDARIEDADE AOS POVOS

1) Desenvolver uma política externa democrática, autodeterminada e anti-imperialista:

- política externa soberana, que atenda aos interesses do País e dos brasileiros, com preservação da atitude governamental de manter agenda própria, mas corrigindo-se as oscilações da diplomacia oficial e aprofundando-se o seu alinhamento com as nações amigas, especialmente latino-americanas;
- solidariedade aos povos e nações que, em todas as partes do mundo, lutam pelos anseios democráticos, pela autodeterminação e pela paz;

- esforço mundial junto a governos contra a indiscriminada circulação de capital financeiro, a proteção dos Estados imperialistas aos poderosos de seus países, as desigualdades no comércio mundial, os atos que violem soberanias e as agressões militares a outras nações;
- defesa, junto aos fóruns internacionais, de políticas que articulem a integração econômica a objetivos sociais – combate ao desemprego, melhores remunerações aos trabalhadores e expansão de serviços públicos –, mediante o reforço de métodos efetivamente democráticos de gestão pública;
- mudança na orientação da diplomacia brasileira quanto à Organização Mundial do Comércio – OMC –, com a superação das diretrizes que liberalizam o mercado mundial em favor das corporações imperialistas, dos monopólios nativos e do latifúndio associado ao capital transnacional;
- implementação de verdadeiras negociações assimétricas em favor dos países dependentes, propondo-se que as nações ricas aceitem uma política para a superação progressiva das mazelas provocadas pelo desenvolvimento desigual;
- respeito aos interesses dos países em desenvolvimento, com a expansão de suas capacidades de definição e implementação de políticas nacionais para a agropecuária, a indústria e os serviços;
- redução efetiva das medidas protecionistas e dos subsídios pagos aos países desenvolvidos;
- garantia ao direito dos países dependentes a protegerem, pelo tempo necessário, suas indústrias nascentes;
- preservação do direito dos países dependentes a regularem e definirem suas políticas em todos os aspectos, especialmente excluindo-se, de forma expressa, os itens básicos constantes no Acordo Geral de Comércio de Serviços da OMC;
- eliminação ou drástica restrição aos monopólios sobre a “propriedade intelectual”, promoção da transferência tecnológica e proibição de patentes sobre quaisquer formas de vida;
- provisão da soberania alimentar dos países, com a eliminação de quaisquer limitações às capacidades nacionais de regular a exportação e a importação de produtos nutricionais;
- providência de medidas abrangentes e profundas para reverter a destruição ambiental.

2) Resistir às forças da exploração e opressão mundial:

- recusa às políticas impostas pelo FMI e o Banco Mundial;
- defesa do princípio de autodeterminação dos povos e do respeito ao seu direito de resistência diante da opressão interna e da dominação estrangeira;
- combate a todas as guerras e ingerências imperialistas, especialmente ao intervencionismo norte-americano em quaisquer partes do mundo, mantendo-se a luta para a retirada completa de forças militares das grandes potências em territórios de outras nações, com destaque ao fim da agressão estadunidense ao Afeganistão;
- eliminação dos enclaves ou resquícios coloniais no mundo inteiro, com a sustentação dos pleitos dos povos à independência e de países à reintegração de áreas ocupadas por alguma potência;
- rechaço à guerra ideológica pró-imperialista, promovida pela grande mídia, e à criminalização das insurgências populares – sob o rótulo de bandoleiros, narcoguerrilheiros ou terroristas –, a exemplo da imputação a movimentos que travam lutas revolucionárias e a organizações que buscam uma saída democrática para a guerra civil na Colômbia;
- rompimento do Tratado de Livre Comércio com Israel, baseado em material bélico, e repúdio diplomático ao terrorismo sionista de Estado contra o povo palestino, à ocupação dos territórios, à

intenção de criar um Estado racial judeu e à construção do Muro que veda o acesso ao Rio Jordão;

- combate à ingerência e à agressão israelo-estadunidense contra a soberania de países do Oriente Médio, como o Líbano, a Síria e o Irã;

- apoio à construção de um Estado democrático e laico sobre o solo pátrio palestino.

3) Unir a América Latina na luta comum:

- relação especial do Brasil com Cuba, apoiando-se a sua revolução socialista, aprofundando-se as relações bilaterais, desenvolvendo-se o intercâmbio material e cultural com seu povo e seu governo, prestando-lhes solidariedade efetiva, denunciando-se a ilegalidade das leis extraterritoriais de cerco, derrotando-se na prática o bloqueio econômico e promovendo-se a sua plena integração à comunidade das nações, assim como a suspensão da sabotagem, do financiamento a grupos contrarrevolucionários e da utilização de Guantánamo como base imperialista;

- repúdio e oposição à ALCA – tentativa de aprofundar o domínio da América Latina pelos EUA –, recusando-se as tentativas de revivê-la por meio dos Tratados de Livre Comércio e outras medidas;

- apoio à luta dos governos latino-americanos progressistas por reformas democrático-radicais e medidas de interesse popular na luta contra o imperialismo e o golpismo interno, com destaque para a Venezuela, a Bolívia e o Equador;

- reconhecimento da soberania das nações latino-americanas sobre os recursos naturais, o desenvolvimento das tecnologias de ponta e os direitos no contencioso com empresas transnacionais;

- oposição à reativação da IV Frota, às operações do Comando Sul e à manutenção de tropas, bases e manobras militares estadunidenses em países da América Latina, que são uma ameaça permanente aos povos locais;

- defesa da anulação dos tratados que violam a soberania militar, territorial e econômica das nações latino-americanas – especialmente o Plano Colômbia - Iniciativa Andina, o Plano Panamá e o Plano Patriota, que transformou a Colômbia no Vietnã na América do Sul, com a criação de sete bases militares estadunidenses, a presença de tropas, o aporte de tecnologia militar de última geração e o treinamento de centenas de milhares de efetivos, mercenários e espões;

- recusa às tentativas de justificar os crimes do uribismo, a violação do território equatoriano pela Colômbia, as agressões contra Cuba, as tentativas de golpe na Venezuela e o protofascismo na oposição boliviana;

- reconhecimento de que são forças políticas beligerantes as FARC-EP, o ELN e os demais movimentos surgidos no estado de anomia e guerra civil da Colômbia após 1948, quando foram democratas foram massacrados às centenas de milhares nos protestos contra o assassinato de Jorge Eliécer Gaitán;

- intermediação diplomática na Colômbia para a troca humanitária de presos políticos do Estado por prisioneiros das forças guerrilheiras;

- participação em movimentos, campanhas e iniciativas diplomáticas pela abertura de negociações de paz na Colômbia, defendendo-se um entendimento nacional com a participação de todas as forças beligerantes.

4) Aprofundar a integração latino-americana:

- articulação entre os países latino-americanos – nas dimensões política, institucional, econômica, energética, científica, tecnológica, cultural e social – para enfrentarem os interesses das grandes potências e dos magnatas monopolistas-financeiros, na resistência aos efeitos deletérios de suas ações sobre os trabalhadores, povos e nações;
- integração oficial do Brasil à Alternativa Bolivariana para as Américas – Alba –, colocando-se no centro de seus objetivos, além da integração entre economias e Estados, a emancipação social, o enriquecimento cultural, o bem estar crescente e o desenvolvimento das capacidades humanas;
- reforço à autonomia do bloco latino-americano de nações em formação diante dos imperialismos, integrando-se também, de modo autônomo, às instituições regionais com tal propósito, como o Mercado Comum do Sul – Mercosul –, a União das Nações Sul-Americanas – Unasul –, a Cúpula da América Latina e do Caribe sobre Integração e Desenvolvimento – Calc – e o Banco do Sul – Bansur;
- participação do sistema público brasileiro de TV na Telesur, com o intercâmbio de programações no interesse comum dos povos latino-americanos.

5) Promover medidas soberanas com incidência internacional:

- expansão do comércio exterior brasileiro para novos mercados, com a descentralização das fontes de importação e dos destinos das exportações, com vistas a enfrentar as iniquidades da troca desigual e da dependência econômica em relação às grandes potências;
- investigação, denúncia e revogação de todos os acordos militares do Brasil com o governo estadunidense;
- repatriação imediata das tropas brasileiras enviadas ao Haiti, substituindo-as por missões civis de profissionais e militantes sociais dedicados a ações de solidariedade, reconstrução, saneamento, saúde pública e educação;
- renegociação em bases justas do Tratado de Itaipu, firmado pelo regime militar, bem como a devolução pelo Brasil ao Paraguai dos documentos e símbolos históricos saqueados ao povo guarani pelas forças armadas imperiais.